



Poços de Caldas

# 6º Congresso Nacional de Educação

29 e 30 de Jun 2022 | On-line

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: TEMATIZANDO AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

Eixo Temático: Educação Ambiental

Forma de Apresentação: **RESULTADO DE PESQUISA**

Valdenildo Pedro da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

O objetivo deste estudo qualitativo é tematizar como as mudanças climáticas são incorporadas nas diretrizes curriculares nacionais da formação de professores do Ministério da Educação do Brasil em relação a conceitos e a ideais mais amplos sobre um tema crucial à humanidade, mas ainda pouco abordado na formação de professores. Os resultados revelam que as mudanças climáticas não são abordadas nas diretrizes curriculares da formação de professores da educação básica. Tais abordagens foram negligenciadas nos documentos bases, apesar de precisarem ser urgentemente inseridas no contexto escolar. A Ecopedagogia precisa reorientar os currículos escolares.

**Palavras-chave:** Mudanças climáticas. Diretrizes curriculares. Formação de professores.

### INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas têm sido consideradas por muitos cientistas de diferentes áreas de conhecimento como a maior ameaça contemporânea, pois apresentam desafios sem precedentes para a humanidade, dos quais, muitos deles, já se fazem presentes no cotidiano social, como é o caso de eventos climáticos drásticos e frequentes – tempestades, alagamentos, secas, incêndios florestais e outros fenômenos climáticos extremos (GADOTTI, 2007; UNITED NATIONS, 2015). Essas mudanças no clima são tão desastrosas que chegaram até mesmo a serem classificadas pelo líder das Nações Unidas como uma “catástrofe climática” (GUTERRES, 2022). No entanto, muito pouco se sabe sobre o enquadramento e o posicionamento desses fatores ambientais nos parâmetros curriculares nacionais da formação de professores da educação básica brasileira e suas abordagens para preparar tais profissionais na formação inicial e continuada para lidar com a crise das mudanças climáticas e com o ensinar-aprender de sala de aula sobre esse grande desafio humano. A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, das Nações Unidas, clama por ações contra as mudanças climáticas e os seus impactos por meio do ODS 13, visando as pessoas, o planeta e a prosperidade (UNITED NATIONS, 2015). Diante disso, a educação tem sido destacada como uma ferramenta poderosa para impulsionar ações reorientadoras das alterações climáticas (CORDERO; CENTENO; TODD, 2020).

---

<sup>1</sup> Professor do IFRN. Doutor em Geografia pela UFRJ.



Poços de Caldas

# 6º Congresso Nacional de Educação

29 e 30 de Jun 2022 | On-line

Portanto, este estudo, de vertente qualitativa, objetiva tematizar como as mudanças climáticas são incorporadas nas diretrizes curriculares nacionais (DCNs) da formação de professores do Ministério da Educação (MEC) do Brasil em relação a conceitos e a ideias mais amplos sobre um tema tão crucial à humanidade, mas pouco abordado na formação docente.

## MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo seguiu uma abordagem qualitativa do tipo exploratório-descritivo acerca do enquadramento e do posicionamento das mudanças climáticas nas DRCs da formação de professores em nível superior para a educação básica. Os principais documentos analisados foram as resoluções CNE/CP Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, CNE/CP Nº 2, de 1 de julho de 2015, e CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão colegiado integrante do MEC (BRASIL, 2002, 2015, 2019).

O método qualitativo “análise temática reflexiva”, de Braun e Clarke (2019), foi adotado como estratégia, e a análise interpretativa desses três documentos ocorreu a partir do processo analítico de seis fases dessas autoras, são elas: familiarização com os dados, codificação inicial, geração dos temas, revisão dos temas, definição de temas e produção do relatório.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo revelam que a temática sobre questões ambientais contemporâneas ou, em especial, relativa às mudanças climáticas não foi evidenciada a partir da leitura e da releitura das três últimas DCNs para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, publicadas pelo MEC, as quais instituem a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica brasileira. Diante da fase inicial de familiarização com os conteúdos desses documentos, esperava-se desvendar significados, padrões ou temas pertinentes sobre a abordagem das mudanças climáticas no contexto da formação inicial e continuada de professores, de vez que essa fase constitui a base para o restante desta análise temática reflexiva.

Diante dessa situação, a geração de códigos e de temas sobre mudanças climáticas ficou comprometida devido à ausência total de uma abordagem voltada a essa temática no âmbito dos ordenamentos legais analisados, que são fundamentais para a replicação dessa abordagem no contexto da educação básica como um todo. Ao se analisar, reflexivamente, as DCNs para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, constatou-se que Resolução CNE/CP Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, responsável por instituir as DCNs para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior – curso de licenciatura, de graduação plena – mostrou-se negligente em relação a qualquer posicionamento sobre problemáticas ambientais ou insustentabilidades a serem consideradas pelos cursos de formação de professores.

Por outro lado, constatou-se que as estratégias educativas, voltadas à temática ecológica, ganharam, de uma forma ampla e não específica sobre mudanças climáticas, notoriedade com o advento da Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015, que passou a instituir as novas DCNs para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada no país. Na perspectiva dessas DCNs, esperava-se que egressos



Poços de Caldas

# 6º Congresso Nacional de Educação

29 e 30 de Jun 2022 | On-line

de cursos de formação inicial em nível superior estivessem aptos a respeitar as diferenças de natureza ambiental-ecológica e a realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar-aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos. No entanto, nenhuma incorporação sobre a discussão das mudanças climáticas foi contada nesse documento.

A formação inicial de professores do país passou, mais uma vez, por modificações com a definição de novas DCNs por meio da Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, a qual instituiu, como já mencionado, a atual Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Na análise reflexiva, realizada sobre a incorporação da abordagem voltada às questões ambientais contemporâneas que mais afetam a sustentabilidade humana, observou-se que essa temática foi alterada e negligenciada por essa nova resolução. A única menção que o documento faz sobre a questão ambiental se encontra no anexo de competências gerais docentes, quando se refere ao fato de que a formação de docentes deve se basear em princípios sustentáveis. Constatou-se assim que, mais uma vez, a temática das mudanças climáticas não se singulariza como um dos maiores desafios dos tempos modernos e fica oculta no princípio da sustentabilidade. É preciso, pois, pensar assim como Gadotti (2007) sobre o que realmente se precisa aprender na formação de professores para salvar o planeta das agruras insustentáveis. Esse autor, preocupado com diversas questões de insustentabilidade e, inclusive, com as mudanças climáticas, adverte que “A Carta da Terra” tem um grande potencial educativo ainda não amplamente explorado, tanto no âmbito da educação formal, destacando-se aqui a formação de professores, quanto na educação não formal. Nesse sentido, a Pedagogia da Terra, ou a Ecopedagogia, precisa reorientar o currículo da formação docente (GADOTTI, 2007).

## CONCLUSÕES

Conclui-se, neste estudo, que, baseando-se nas DCNs analisadas, a mudança climática não foi abordada em nenhum momento nos documentos supracitados; logo, há de se supor que, nos cursos de formação de professores para a educação básica, com poucas exceções, assim como entre os graduados em formação, em sua maioria, o ensinar-aprender sobre as mudanças climáticas venha sendo negligenciado ou limitado devido à pouca instrução recebida. Diante do exposto, contata-se a necessidade de que reformas curriculares contemplem e incorporem a educação em mudanças climáticas urgentemente a partir da formação de professores e, por conseguinte, nos demais níveis do ensino-aprendizagem escolar. Para que os estudantes da educação básica aprendam sobre esse tema, os professores precisam estar munidos de conhecimentos e ações reorientadoras sobre mudanças climáticas para que realizem um ensinar-aprender do cuidado ambiental (BOFF, 1999) voltado à formação de sujeitos proativos que saberão lutar por uma vida mais digna, serena, próspera e sustentável.

## REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar, ética do humano: compaixão pela Terra**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1/2002**, de 18 de fevereiro de 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf). Acesso em: 20 fev. 2022.



Poços de Caldas

# 6º Congresso Nacional de Educação

29 e 30 de Jun 2022 | On-line

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 02/2015**, de 1º de julho de 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em 20 fev. 2022.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 20 de dezembro de 2019. Brasília: Portal MEC, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Reflecting on reflexive thematic analysis. **Qualitative Research in Sport, Exercise and Health**, v. 11, n. 4, p. 589–597, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CORDERO, E. C.; CENTENO, D.; TODD, A.M. The role of climate change education on individual lifetime carbon emissions. **PLoS ONE**, v. 15, n. 2, e0206266, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0206266>. Acesso em: 31 mar. 2022.

GADOTTI, M. Educação para o desenvolvimento sustentável: o que precisamos aprender para salvar o planeta. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 16, n. 28, p. 69-90, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faceba/issue/view/229>. Acesso em: 30 mar. 2022.

GUTERRES, A. **Mundo caminha para catástrofe climática**. Disponível em: <https://news.un.org/>. Acesso em: 21 mar 2022.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. 2015. Disponível em: [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E). Acesso em: 15 dez. 2021.